

Repressão e tortura no *lead* – A participação dos Diários Associados contra o consenso de uma memória oficial do primeiro governo Vargas (1945-1950).

Paulo Jorge Corrêa Campos¹.

I

Muitos trabalhos vêm tratando da temática sobre propaganda acerca do regime Vargas. Nestes estudos, observam-se dois grandes destaques entre os nortes temáticos: o fomento do Estado e a participação dos grupos de extrema direita e esquerda no âmbito da propaganda política. De toda sorte, a proposta a que se busca neste trabalho trata de um objeto específico que ainda parece turvo acerca das carências históricas. Pretende-se destacar aqui o papel de um setor das elites impressas e seus caminhos de propaganda no período posterior ao primeiro governo Vargas. Neste sentido, destaca-se um objeto (o conglomerado *Diários Associados*) e um período, a redemocratização iniciada nos anos 1945, como pontos iniciais para se compreender a dinâmica de uma memória e opinião pública do regime Vargas, que se estende ao imaginário social brasileira até hoje.

De forma a uma melhor compreensão deste trabalho, pontua-se a ordem a ser seguida: a) relação entre os *Diários Associados* e Getúlio Vargas ; b) a censura durante o governo de 1933 e 1945; c) a importância dos diários associados no imaginário social brasileiro; d) a reportagem: “Falta alguém em Nuremberg”; e) as repercussões aos libelos; f) um epílogo onde discuto os conceitos de opinião, propaganda e memória com o tema proposto.

II

No início de 1945, com a crise no DIP², os *Diários Associados* passaram a defender firmemente o retorno democrático. *O Jornal*, órgão líder desse conglomerado

¹Aluno mestrando do Programa de Pós-graduação em história política e social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Bolsista CAPES.

² Tal crise se iniciou com uma entrevista de José Américo pelo jornal *O Correio da Manhã*, onde este primeiro não poupou críticas ao regime Vargas. Tal entrevista foi negligenciada pela censura do DIP, iniciando todo um movimento das mídias impressas em um julgamento desfavorável ao governo Vargas. Ver: BARROS, 2009:229.

editorial, iniciava forte campanha de crítica a grande parte dos homens do governo e ao enfraquecido ditador Getúlio Vargas. Em matéria publicada a 1º de setembro de 1945, em ares denunciatórios, ironizava a relação de Vargas com a imprensa na época do movimento Queremista:

“O comício do Queremismo, no Largo da Carioca, foi farto de *taboetas* e cartazes. Entre os elementos decorativos do lado do palanque oficial estava uma *taboeta* dizendo “Não querem Getúlio os gazeteiros” antecipando um dos tópicos principais do discurso presidencial. Efetivamente, pouco depois, nas escadarias do Guanabara o sr. Getúlio Vargas dizia que não o queriam os gazeteiros. O fato não terá sido mera coincidência”.³

Por outro lado, atenta-se que o dono da maior cadeia de jornais do país, Assis Chateaubriand, em passado recente, havia sido um forte aliado de Getúlio Vargas na imprensa, durante o início dos anos 1930. Mesmo tendo mostrado oposições diretas a Vargas desde 1932, quando apoiou a Revolução Constitucionalista, o empresário sempre conseguiu reconciliar-se, dado que Vargas, por sua vez, sabia da importância da cadeia de jornais para o regime em vigor. Foi dessa relação que o jornalista conseguiu vultuosos empréstimos para esta mesma recém formada cadeia de jornais, pela Caixa Econômica Federal (ABREU, 2001:1338).

Contudo, após a imposição do Estado Novo, a reação de Chateaubriand, seguido de outros aliados na imprensa, foi de indignação (LEVINE, 2004:104). Em seguida, os *Diários Associados* passaram a receber um rigoroso controle por parte do governo⁴. Assim, suas publicações tenderam a não encontrar outro caminho a não ser o do apoio a Vargas, por sobrevivência; dado que a censura, que sempre marcou presença neste governo se intensificou sobremaneira após o Golpe.

³ *O Jornal*. 01/07/1945

⁴ Convém destacar que, além dos *Diários Associados*, vários jornais foram censurados à época. Ver: BARROS, 2009:231.

III

A respeito da censura no regime Vargas, observa-se que esta fora concomitante ao início do seu governo⁵. Da mesma forma, a percepção da censura se foi intensificando à medida que se evidenciava o crescimento da disputa política e da hipertrofia do Estado. Em 3 de novembro de 1937, pouco antes do golpe do Estado Novo, Vargas transferiu o aparato dos censores do Ministério da Justiça para a Polícia do Distrito Federal de Filinto Müller (LEVINE, 2004:79). Com o golpe, observou-se um caminho de evolução da censura, que teve seu auge técnico e burocrático na formação do Departamento de Imprensa e Propaganda, em 27 de dezembro de 1939⁶.

Ao tratar da imprensa deste período, observa Rodrigo Rosa da Silva:

“As diversas forças políticas em disputa durante o regime de Vargas, anarquistas, comunistas, *trotskistas*, integralistas, nazistas, e muitas outras, foram vítimas do braço de ferro de um Estado que ansiava por controlar a sociedade de tal maneira que as leituras do povo eram uma constante ameaça à sua estabilidade” (SILVA, 2005:81).

Atentando para uma demarcação da função social do conglomerado editorial *Diários Associados*, de Chateaubriand, podemos concebê-lo no que Antonio Gramsci considerou como jornalismo integral, ou seja: “o jornalismo que não somente pretende satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver tais necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, criar seu público e ampliar progressivamente sua área” (GRAMSCI, 1987:147). Neste sentido, com objetivo de dilatar seu público leitor, constata-se que não se excluiu deste conglomerado editorial uma direção geral homogênea, capaz de ter ditado concepções ideológicas para um público maleável a percepções culturais e políticas.

Contribuindo com esse dado, entende-se que houve uma tentativa de criar uma memória social sobre o período Vargas no esforço editorial dos *Diários Associados*, ao

⁵ Vários jornais foram atacados e tiveram suspensas as suas edições, na maioria das vezes provisoriamente. Ver: BARROS, 2009:229-230.

⁶ Sob a órbita do DIP, destaca-se que vários jornais sofreram intervenção do governo, como o *Estado de São Paulo*, *A Noite* e *A Manhã*. Ver: ABREU, 2001:5930.

estabelecer sua versão sobre o período. Esta não poderia ter eco até a crise do regime Vargas, em 1945. Todavia, observa-se que, a partir daí, houve um norte bem definido de uma opinião homogênea que este jornalismo integral buscou passar para a memória (ao menos no que se observou até o fim dos anos 1940). No que nos tange destaque, observa-se como a temática da repressão civil foi tratada por essa instituição. Para tal, destaca-se a importância das reportagens de cunho denunciatório produzidas pela revista *O Cruzeiro* (dos *Diários Associados*).

Mesmo que se considere que a política de apoio à figura de Vargas, tomada por Chateaubriand, serviu de molde à sobrevivência de seus editoriais, deve-se salientar que, neste mesmo período, o empresário conseguiu também expandir seus negócios. Ao fim da segunda metade dos anos 1940, os *Diários Associados* viveram seu apogeu. Sua revista principal, *O Cruzeiro*, atingiu cerca de 550 mil tiragens (ABREU, 2001:1728).

IV

“Cenário: o gabinete do diretor de um jornal

Intérpretes: o diretor e o escritor que faz os artigos para ele. Entra o escritor.

(...)

– Que é que deseja para amanhã?

– Ouvi dizer que, por causa da especulação em que se meteram para a compra de um stock enorme de café, várias firmas comerciais ameaçam falir. No negócio estão metidos dois estabelecimentos bancários. Você ataque o Ministro da Fazenda.

– Mas que tem o Ministro da Fazenda com o caso?

– Não tem nada.

– E como é que hei de atacá-lo?

– Invente o motivo. E, quem ataca não é você, é o meu jornal, sou eu!

– Farei por inventar... É só?

– Só. Bem escrito, hein!

– Vou caprichar...

(...)

*O escritor vai-se embora. O diretor termina com prazer o seu charuto, pensando que está pensando. O pano cai, tristemente*⁷

Como observa Capelato, bebendo no arcabouço de Bronislaw Bazcko, “a história dos imaginários sociais se confunde, em larga medida, com a história da propaganda” (CAPELATO, 1998:36). Neste sentido, observa-se que várias das vertentes do imaginário social do período passavam pelas páginas da revista, como os textos de Millôr Fernandes nas seções humorísticas de *Pif-paf* e os trabalhos do desenhista Péricles, originando um dos mais famosos personagens de desenho do humor brasileiro: “O amigo da onça”. Porém, o carro-chefe de *O Cruzeiro*, via de regra, se marcava pelas reportagens da dupla Manzon-Nasser.

Jean Manzon era fotógrafo francês que já acumulara larga experiência nas redações de Paris-Match e Paris Soir. Com ele, *O Cruzeiro* inovou significativamente sua estética na distribuição das fotos nas páginas. Por sua indicação, a revista recontratou David Nasser – jornalista já conhecido à época.

As reportagens da dupla possuíam fôlego surpreendente. O sem-número de informações e dados nelas contidos levavam a crer terem sido postas em prática as pretensões de verdade no trabalho jornalístico. Por outro lado, deve-se considerar que a escrita de Nasser, ao mesmo tempo que incutia essa tendência, não deve deixar de passar por um crivo bem mais crítico. Até porque, independente da temática, destaca-se que o sensacionalismo, o mesmo que auxiliaria à revista conseguir um alcance de vendagem pujante, fez-se valer, na ocasião, por acréscimos factuais que não necessariamente existiram. No meio jornalístico, Nasser tinha a fama de “imaginar” por suas testemunhas dos mais variados acontecimento⁸. Mas o que se deve focar é que a carga de veracidade de suas informações não tinham questionamento adequado ao leitor da revista à época.

Ademais, observa-se um cuidado da equipe editorial dos *Diários Associados* em preservar a associação da narração jornalística de Nasser com a verdade. Antes de uma

⁷ MOREYRA, Álvaro. “Vida, doçura, esperança nossa...”, *Para Todos*, 7/8/1926.

⁸ DIAS, Mauro. *O Estado de São Paulo*, 4/11/2001

de suas reportagens contra Vargas, pode-se ler um texto assinado pelo editorial: “Numa época em que o jornalismo é feito de sensação honesta e de notícias emocionantes, porém verídicas, êsse nosso companheiro [David Nasser] destacou-se como um dos melhores elementos da imprensa brasileira, na caça do que considera como o fato nu”⁹.

Uma grande reportagem contra Vargas foi realizada antes mesmo de sua saída do cenário político nacional. Mesmo não tratando exatamente de torturas ou arbitrariedades, revela-se, contudo, como um demarcador das novas tendências editoriais dos *Diários Associados*: Nasser tratou do último dia do “ditador” no Palácio do Catete. Porém, no ano seguinte, outras reportagens começaram a dar diferentes focos para o lado ditatorial da figura de Vargas.

Convém salientar que a imagem do presidente não havia sido sensivelmente abalada até então. Nas eleições de dezembro de 1945, chegou a ter mais de um milhão de votos para a Constituinte de 1946; foi eleito senador por dois estados (Rio Grande do Sul e São Paulo); e conseguiu angariar mais da metade dos votos de seu partido (PTB) para a Câmara dos Deputados (ABREU, 2001:5944).

V

A reportagem mais provocadora que David Nasser escreveu data de 23 de outubro de 1946. O título do texto já marcava claramente o conteúdo da reportagem: “Falta alguém em Nuremberg”. Qualidade de bom repórter: tal título incute, até hoje, curiosidade ao seu leitor. Qual seria a figura que deveria estar presente como réu entre os criminosos de guerra em Nuremberg? Haveria Nasser encontrado algum alto agente da Gestapo para ser julgado? De certo, não. Como consta no *lead*, Nasser buscava chamar-se atenção para o fato de que: “...outros crimes praticados com igual requinte de selvageria (daqueles julgados em Nuremberg) permaneciam impunes”¹⁰.

Quais crimes seriam esses? Observa-se que, com o controle efetivo sobre a imprensa, a opinião pública brasileira havia sido silenciada, pois ignorava o que acontecia nos Porões da Polícia Política. Afora de forma precária, com as suprimidas

⁹ O *Cruzeiro*, 27 de outubro de 1945. p.3.

¹⁰ O *Cruzeiro*, 23 de outubro de 1946. p.34.

denúncias do grupo parlamentar pró-liberdades populares¹¹ e nos meios da imprensa militante – de pouco alcance no contexto das repressões – não se tinha como observar este outro lado do regime Vargas. Esta face, para a reportagem de *O Cruzeiro*, se materializava na medida em que:

“Revendo na memória as cenas de terror que se passaram dentro da Polícia Central, ‘onde até as paredes eram criminosas’, um jornalista consciente sente que é impossível querer mais, no terreno da barbárie. Os polícias da Ordem política do *governo* Vargas superaram o máximo na técnica de espancamento, da tortura, do assassinio, da carnificina organizada com método”¹².

Observa-se no texto que seu autor estabelece uma contraposição clara. Havia um jornalista cumprindo seu ofício de forma humana, contrabalançado-se à figura do ex-ditador, que chegava a ser citado diretamente, como criminoso e vil. Tal tendência culminaria por criar uma identidade entre o torturado (preso) e seu leitor.

Numa de suas denúncias, Nasser se referiu ao fato de agentes policiais acusarem seus desafetos pessoais como comunistas, plantando papéis de propaganda que os compromettesse de tal forma que, uma vez acusados, seu destino era a condenação. Ou seja, mesmo um cidadão comum, como um leitor de *O Cruzeiro*, poderia ter seu destino traçado por alguma discórdia com um homem influente ou agente da polícia. Usando de sua retórica, considerava: “Quantas vezes um *chefe-de-família* era acusado de comunista sem jamais ter o mais leve pensamento leninista”.

Da mesma forma, outras denúncias continuavam com uma dupla acusação: a) o caráter ideológico, mas também étnico, agindo como catalizador na busca de presos: “Comunistas, integralistas, alemães, italianos, *fôssem* o que *fôssem* esses homens que

¹¹ Formado a 11 de novembro de 1935 (antes das revoltas comunistas em Natal, Recife e Rio de Janeiro no mesmo ano), este grupo de parlamentares teve relativa participação nas denúncias à medidas repressivas de Estado. Liderados por João Mangabeira e Abel Chermont, formaram o *Grupo Parlamentar Pró-liberdades Populares* que tinha, entre seus objetivos claros: defender as liberdades constitucionais (contestando a Lei de Segurança Nacional, do ano anterior) e combater o movimento integralista. Em março de 1936, o grupo, que contava com cerca de 20 deputados federais, teve seus principais membros acusados de envolvimento nos Levantes de novembro de 1935. O decreto de *estado de guerra*, realizado em decorrência às mesmas revoltas, suspendia as imunidades parlamentares e, neste sentido, seus principais líderes foram presos e o movimento foi desmantelado. Ver: CAMARGO, 1989:62.

¹² *O Cruzeiro*, 23 de outubro de 1946 p.35.

tanto sofreram nas mãos da tenebrosa polícia de Getúlio Vargas eram seres humanos, porém essa condição jamais era respeitada...”¹³ e b) atentando para o caráter inescrupuloso dos funcionários do Estado, alguns figurados como chantageadores das famílias dos presos. Tratando de um agente da Polícia de Filinto Müller, escreveu: “Se um alemão era rico, ele mandava buscá-lo. Enquanto o homem estava na “geladeira”, um advogado do Sr. Ramos de Freitas mandara se entrevistar com a família do alemão ‘Por tantos mil cruzeiros, respondo pela liberdade do seu marido!’ E assim se fazia a história”¹⁴.

Por fim, Nasser passou a uma detalhada descrição do que, para ele, eram das torturas comuns à polícia no período. Apontando propriedade em citar seus nomes (como *adelfis*, *máscara de couro*, *cadeira americana* e *maçarico*), concedeu atenção desigual às mesmas, dando ênfase àquelas que poderiam despertar maior repulsa ao leitor. No auge de seu texto, destacou-se a tortura do maçarico:

“O maçarico era outro instrumento bastante utilizado na polícia do Distrito Federal ao tempo de Getúlio Vargas, Filinto Müller e Emílio Romano (...). *Sôbre* as nádegas do paciente o “maçarico” jorrava seu fogo, entrando, queimando, destruindo, entre risos e uivos de prazer. A cena era tanto mais divertida quanto mais gritasse e chorasse o torturado. O fogo parecia fascinar os policiais. Às mulheres nuas *êles* marcavam com charutos acesos, queimando-lhes as pontas dos seios. Na hora de praticar essa tortura o rádio era posto no último ponto, a fim de que a vizinhança não ouvisse o grito das vítimas”¹⁵.

Deste ponto, marca-se atenção para a impressão que o texto inspira de narração. O escritor pareceu colocar a carga emocional de quem vivenciou o fato – e nem sequer o testemunhou¹⁶.

¹³ *O Cruzeiro*, 23 de outubro de 1946 p.34.

¹⁴ *O Cruzeiro*, 23 de outubro de 1946 p.34.

¹⁵ *O Cruzeiro*, 23 de outubro de 1946 p.64.

¹⁶ Contudo, no que tange à repressão no período Vargas, uma análise mais cuidadosa, de cunho historiográfico, chega a dados bem similares aos de Nasser. Como podemos observar no trabalho de Robert Rose, que pesquisou nos arquivos do DOPS, nos arquivos da Polícia Política, no arquivo Filinto Müller e numa infinidade de outros. Quando o autor destaca a repressão física e as torturas no Rio de Janeiro, aponta práticas e dados similares ao ensaio jornalístico. Ver: ROSE, 2001:118-131.

Da mesma forma, abonou mais uma vez o porquê de seu leitor ter ignorado tais repressões, mesmo que por um mero cuidado dos torturadores em contrabalançar os gritos de desespero com o volume do rádio. Tomando a leitura de Muriel Favre, pode se observar uma atitude equiparável da idéia do se dizer “contra” ou “não conhecedor dos crimes de Estado”, tanto no exemplo brasileiro como no caso alemão (FAVRE, 2003:7-8). Porém, observa-se na leitura de David Nasser uma “pedagogia do remorso” com justificativa. Quando Favre atenta para o esforço educativo das rádios aliadas no período da redemocratização alemã, aposta seu foco nos crimes cometidos a outrem em seu nome. Por outro lado, Nasser abona a sociedade brasileira dos crimes cometidos pelo governo Vargas.

Destaca-se, também, nesta e em outras reportagens, que o autor apontou com muita particularidade os nomes tanto de torturados (que seriam suas fontes) como de torturadores. No início de suas “Memórias do Cárcere”, Graciliano Ramos confessou que o: “afligia idéia de jogar no papel criaturas vivas, sem disfarces, com os nomes que têm no registro civil (...) Que diriam elas se se vissem impressas, realizando atos esquecidos, repetindo palavras contestáveis e obliteradas?” (RAMOS, 2008:11)

Parece que o mesmo não pesou para o jornalista de *O Cruzeiro*. Nas páginas de suas reportagens, a maior parte das denúncias era acompanhada pelos nomes e pela descrição dos torturados e mortos no período; mas dava o mesmo tratamento aos agentes promotores das sevícias. Com efeito, pode-se argumentar que o autor não havia tido a real experiência do que narrava. Em contrapartida, ao expor figuras públicas, e ainda mais algumas que tinham importância no cenário político à época, como o próprio Filinto Müller, o colocava-se em risco. Ao que se corrobora com esta hipótese, mesmo quando exacerba os fatos, parece que é o próprio Nasser quem responde:

“...As ameaças de revide físico à publicação deste libelo principiaram a surgir, desde que o mesmo chegou ao conhecimento dos interessados. Depois vieram as ameaças de processos judiciais. Estamos preparados para isso. Nem ameaças nem processos nos intimidam. Caminhem para o tribunal. Ali nos encontraremos, e junto de nós, estropiadas, aleijadas, inutilizadas, como testemunhas, as próprias vítimas. E lá também estarão as mulheres que perderam

seus esposos, os filhos que perderam seus pais, as mães que perderam seus filhos no Palácio da Inquisição, caminhem para o tribunal que nos encontraremos lá”¹⁷.

Ademais, ainda no que concerne ao título desta primeira reportagem, observa-se que a mesma acabou apontando uma questão de relevância considerável a este período. As repressões civis no período Vargas se compreenderam principalmente à época posterior ao Levante Comunista de 1935 e ao período do esforço de guerra. Ou seja; um governo erigido sobre moldes autoritários que mantinha várias formas de repressão à sociedade, chegando mesmo à prática de prisões arbitrárias e tortura e que, em 1942, se lançou em uma Guerra Mundial, contrário às forças fascistas e nazistas.

VI

Por fim, cabe considerar que o aumento de vendas da revista é indicativo relevante à forma que as reportagens ganhavam alcance ideológico sobre seus leitores. Para Gramsci, a análise de um leitor de editorial deve ser definida por dois pontos: 1) como elemento “maleável à informação” e “transformável filosoficamente” e 2) como elemento “econômico”; capaz de adquirir as publicações e de fazer que sejam adquiridas por outros. “Neste sentido, estes dois elementos não seriam sempre destacáveis, dado que o elemento ideológico é um estímulo ao ato econômico de aquisição e divulgação” (GRAMSCI, 1987:148).

A tal percepção, atenta-se ao período de expansão dos Diários Associados. Segundo Muriel Favre, o período de (re)democratização está associado não somente ao voto, como exemplo emblemático dos valores da demos (como liberdade de opinião, o Estado de direito, pluralismo político) , mas também ao “alimento psíquico que ela foi privada” (FAVRE, 2003:28). Neste sentido, a propaganda e consumo possuem papel fundamental; a este último, destaca-se sua relação com a concepção de acesso também – não só a produtos, mas também à informação. Observando o aumento de vendagem de

¹⁷ *O Cruzeiro*, 8 de fevereiro de 1947. p.40

O Cruzeiro, atenta-se ao fato de que a revista tinha importância no imaginário social e que tais reportagens encontravam leitores que se identificavam com elas¹⁸.

Neste sentido, inicialmente essa memória interessou a um *jornalismo integral* que, ao valer-se de um *espaço de experiência* – torturas e autoritarismos a amplos setores da sociedade civil –, possuiu um *horizonte de expectativa* de combater um inimigo político: o ex-ditador. Contudo, observa-se que neste embate de memória, Getúlio Vargas se tornou vitorioso, garantindo seu retorno democrático nas eleições de 1950.

Ao se tratar de uma história do consenso sobre o regime Vargas, observam-se várias interpretações distintas que tendem a contribuir entre si. Em um primeiro ponto, poder-se-ia considerar o feito prodigioso do próprio ditador para, ao mesmo tempo em que adotava o personalismo e a hipertrofia da máquina burocrática, figurar-se como inocente e não conhecedor dos abusos de seu próprio governo, assim: “quem censurava era Lourival Fontes, quem torturava era Filinto Muller, quem instituiu o fascismo foi Francisco Campos, quem deu o golpe foi Dutra e quem apoiava Hitler era Góis Monteiro”¹⁹.

Da mesma forma, Angela de Castro e Gomes, atenta em perceber que a formação de um consenso positivo sobre a figura do ex-ditador se encontra no período do esforço de guerra, via ação direta de propaganda do Estado GOMES, (2003:126-7).

Outrossim, na concepção de Maria Helena Capelato, em sua busca por entender permanência dos traços do imaginário político varguista na sociedade brasileira, percebe que o conceito de consenso se coloca na prática política do Estado, ou seja, no populismo (CAPELATO,1998:40-2). Tal percepção é semelhante à força social da *ideologia da outorga*²⁰, apresentada por Angela Gomes, que fizesse os trabalhadores

¹⁸ Ademais, destaca-se que algumas de suas reportagens ganharam fôlego de publicações próprias, distribuídas pelos Diários Associados: “Falta Alguém em Nuremberg – as torturas da polícia de Filinto Strubing Müller” e “Só meu sangue é alemão”. Se ambas, que tratam da mesma temática de torturas e arbitrariedades aos cidadãos no período Vargas, se tornaram economicamente viáveis para se estabelecerem em publicações próprias, em formato de livros, também se pressupõe considerar que tais reportagens tiveram certa reputação à sociedade da época.

¹⁹ *Apud* Cláudio de Lacerda Paiva IN: ROSE, R. S. 2001:17.

²⁰ A ideia da autora seria de que os benefícios sociais conquistados pela classe trabalhadora no pós-1940 seriam “um presente outorgado pelo Estado”. Ver: GOMES, 2005:181.

considerarem ser a repressão de Estado cabível para o projeto corporativo trazer os benefícios sociais.

Endossamos as percepções anteriores, mas buscamos entender outra forma de consenso a somar-se às demais. O sucesso do esforço do Estado em estabelecer uma memória oficial que perpassou os períodos posteriores a 1945 e suprimiu as demais é patente. Contudo, no que diz respeito às repressões e torturas do período Vargas, o argumento que buscamos chegar é o do seu silêncio, também, por conta de uma redemocratização incompleta com relação à repressão civil à sociedade brasileira. Nesse ponto, deve-se perceber que as sevícias aos populares – em contraposição aos grupos que lutavam ideologicamente contra o Estado e às minorias que pudessem ser associadas a estes – não se iniciaram com o Estado Novo, e, tão menos, se encerraram com o primeiro governo Vargas.

Neste vertente é que buscamos atentar para o período posterior ao regime Vargas – época à margem dos estudos sobre o Brasil república e de terreno fértil para nossa pesquisa. No hiato do fim do governo ditatorial, temos as denúncias do grupo dos

Diários Associados. Contudo, a quem serviu esse tipo de libelo?

Em dezembro de 1949, os então vereadores de São Paulo Cid Franco e Jânio Quadros buscaram realizar uma representação para discutir a situação dos presidiários da cidade, baseados em denúncias do jornal *A hora*. Em sua argumentação, Cid Franco retomou as reportagens de David Nasser em *O Cruzeiro*. Em dado momento da representação, o vereador destacou: “E o que noticiou David Nasser? Que trouxe ele no conhecimento do povo? Barbaridades policiais, requinte de perversidade praticados no segredo e no silêncio das masmorras ditatoriais, alfinetes enfiados sob as unhas, processos inquisitoriais de arrancar confissões”. E continuou: “Ora srs. vereadores, tudo isso parece que desapareceu. Tudo isso parece que deve ter desaparecido”²¹. Desse ponto, os membros da Câmara Municipal prosseguiram com a leitura do jornal:

“Crianças de olhos arregalados, angustiadas, contaram-nos muitas coisas. Mães aflitas, pais condoídos vêem seus filhos passarem as noites em claro, tremendo, impressionados com os gemidos e gritos vindos de trás daquelas paredes

²¹ *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. 16 de dezembro de 1949. Nº282, Ano 59. p.31.

assustadoras. Que acontece lá dentro? Que será que fazem aos detentos? Espancam? Torturam? (...) Quase todos os dias, quase todos os dias ali pelas 20 horas os gritos começam. Vão pela noite adentro”²².

Dessa representação, além de outras formas de argumentação de parlamentares, nada se foi muito adiante, mas atenta-se para o caráter reduzido de direitos civis num período em que o tema era de forte apelo no âmbito internacional – inclusive por conta da formação do Tribunal de Nuremberg e de um interesse da opinião pública pela questão dos direitos humanos no pós-guerra²³.

Dessa maneira observa-se que, embora tais memórias tenham padecido em campo de disputa, servem-nos não só para problematizar o tema, como também para perceber que a questão da repressão de Estado se coloca em uma longa duração que perpassa todo o período republicano.

Nota-se que as memórias tendem sempre a serem ressignificadas no presente; contudo, embora se atente para tentativas de alteração, marca-se que a memória desse período se mantém inalterada em pontos fundamentais. Dessa sorte, ao ignorar essa faceta traumática do governo Vargas, a sociedade brasileira não supera de um todo sua tradição autoritária.

Como considera Lucette Valensi, é função do historiador assumir e transmitir a memória quando se esgota o tempo das testemunhas. O dever de memória lembra ao historiador sua função cívica, a de um “soldado sentinela” que não produz sobre os grandes traumatismos do passado um saber frio. Neste sentido, o historiador participa da construção e da transmissão da memória social (VALENSI, 1993:497). Contudo, nota-se, mesmo que de forma sumária, que esta memória do governo Vargas não tem o alcance analítico que deveria ser desenvolvido também na academia. Nas obras gerais e em livros didáticos, observa-se um alcance crítico muito restrito a respeito dos autoritarismos da época. Ainda mais quando comparado a outros períodos históricos.

²² *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. 16 de dezembro de 1949. Nº282, Ano 59 p.31-2.

²³ Ver nota nº6 em: “O ESTADO DE DIREITO E A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO EM SOCIEDADES EM CONFLITO OU PÓS-CONFLITO. Relatório S/2004 do secretário-geral ao conselho de segurança da Organização das Nações Unidas”. In *Revista anistia política e justiça de transição*. N.1, jan/jun. 2009:325.

Neste último sentido, chamo a atenção para a possibilidade de como os interesses que transformam as tentativas de suprir as carências no conhecimento histórico, quando não marcam objetivos que busquem uma inserção social definida, caminham para uma ausência de visão crítica a se somar à memória social. Ou seja, velhos mitos se mantêm e os heróis permanecem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, Alzira Alves de (org) et. al. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2001.

BARROS, Orlando de. “Os incontaminados contra as toxinas letais do vírus fascista: a imprensa oposicionista nos últimos dias do DIP”. IN: FONSECA, Silvia C. P. de Brito e CORRÊA, Maria Letícia (org.) *200 anos de imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Contracapa, 2009.

BOURDIEU, Pierre. “A opinião pública não existe” in THIOLENT, M. (org.) *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1980. pp. 137- 151.

CAMARGO, Aspásia et al. *O Golpe silencioso*. Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1989.

CAPELATO, MH. *Multidões em Cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas, Papyrus, 1998.

CARVALHO, Luiz Maklouf. *Cobras Criadas*. São Paulo, Senac, 2001.

D'ALMEIDA, F. “Propagande, histoire d'un mot disgracié”. *Mots. Les langages du politique*, n.69, 2002.

DIAS, Mauro. "David Nasser, o repórter que inventava a notícia", *O Estado de São Paulo*, 4/11/01.

DOMENACH, JM. *A propaganda política*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1955.

FAVRE, Muriel. “ Faire d'un champ de ruines une démocratie » La radio allemande entre rééducation et propagande (1945-1949)”. *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, nº 80. dez. 2003.

GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2005.

_____. Propaganda política, construção do tempo e do mito Vargas: o calendário de 1940. In: BASTOS, E. Rugai; RIDENTI, M.; ROLLAND, D. (orgs.) *Intelectuais: sociedade e política, Brasil-França*. SP: Cortez, 2003.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Circulo do livro, 1987. Tradução de Carlos Nelson Coutinho.

LABORIE, Pierre. “Memória e Opinião” in AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; BICALHO, Maria Fernanda; KNAUSS, Paulo; QUADRAT, Samantha (orgs.). *Cultura política, memória e historiografia*. FGV Editora, 2009.

_____. "De l'opinion publique à l'imaginaire social", Vingtième Siècle, 1988, v. 18, n18.

LEVINE, Robert. M. *Pai dos Pobres? O Brasil e a Era Vargas*. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo, Cia. Das Letras, 2001.

_____. *O regime Vargas, os anos críticos 1934-1938*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

KORNIS, M. "Imagens do autoritarismo em tempos de democracia. Estratégias de propaganda na campanha presidencial de Vargas em 1950". *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, FGV, n. 34, jul-dez 2004.

MOREYRA, Álvaro. "Vida, doçura, esperança nossa...", *Para Todos*, 7/8/1926.

NASSER, David. "Um criminoso de guerra no Senado" *O Cruzeiro*, 15 de fevereiro de 1947.

_____. "O 16º presidente", *O Cruzeiro*, 16 de fevereiro de 1946.

_____. "Falta alguém em Nuremberg", *O Cruzeiro*, 23 de outubro de 1946

_____. "Filinto Müller mandou me sangrar", *O Cruzeiro*, 8 de fevereiro de 1947

_____. "Último dia de Vargas no Catete", *O Cruzeiro*, 30 de outubro de 1945.

NETTO, Acioli. *O Império de Papel - Os bastidores de O Cruzeiro*. São Paulo, Sulina, 1998.

POLLAK, Michael, "Memória, esquecimento, silêncio", *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n°. 3, 1989.

_____, "Memória e história social" *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n°. 10, 1992.

ROSE, R. S. *Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e controle social no Brasil (1930-1954)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Rodrigo Rosa da *Imprimindo a resistência: a imprensa anarquista e a repressão política em São Paulo (1930-1945)*. Campinas, dissertação de mestrado, UNICAMP, 2005. mimeog.

VALENSI, Lucette. "Présence du passé, lenteur de l'histoire". *Annales ÉSC*. 48e année, n°. 3, 1993.